



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Lula apresenta a Trump proposta de combate ao narcotráfico; EUA investirão em cooperação em 2027

Ricardo Stuckert - Agência Brasil

Integrantes do Palácio do Planalto avaliam de forma positiva a inclusão do Brasil no plano de investimentos dos Estados Unidos para 2027 na área de combate ao narcotráfico e ao crime organizado. A manifestação ocorreu após a coluna revelar que o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, citou o país como um dos possíveis destinatários de assistência americana em ações de segurança contra grupos como o Comando Vermelho e o PCC.

Segundo interlocutores do governo, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos nessa área já ocorre há vários anos. Eles afirmam que o presidente Lula (PT) entregou a Donald Trump, durante a última visita à Casa Branca, duas propostas para aprofundar a articulação bilateral no enfrentamento ao narcotráfico e às organizações criminosas transnacionais.

No Planalto, a expectativa é por uma resposta oficial da Casa Branca ou do Departamento de Estado para dar continuidade às conversas e ampliar o diálogo sobre iniciativas conjuntas na área de segurança pública.

A referência ao Brasil consta na proposta orçamentária do Departamento de Estado dos EUA para o ano fiscal de 2027, enviada ao Congresso americano. No documento, Rubio afirma que Washington pretende ampliar sua influência na América do Sul diante de uma “nova onda de



Lula e Trump vão debater proposta de combate ao narcotráfico

governos pró-EUA” e vê uma “oportunidade geracional” para fortalecer a cooperação regional no combate ao crime organizado.

O trecho integra ações coordenadas pelo Departamento de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL), órgão do Departamento de Estado responsável por programas internacionais

de combate ao narcotráfico, ao crime organizado e pela cooperação policial.

Segundo o texto, os investimentos devem financiar programas conduzidos em parceria com agências de segurança americanas para treinamento, assistência técnica e fornecimento de equipamentos a países da região.

TCU rejeita ação de Nikolas Ferreira sobre residências oficiais do Itamaraty no exterior

Kayo Magalhães/Agência Câmara

O Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou uma representação ligada ao deputado federal Nikolas Ferreira (PL) que apontava supostas irregularidades na gestão de residências oficiais do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior. O parlamentar questionava possíveis gastos e a administração dos imóveis mantidos pelo Itamaraty fora do país.

A decisão foi tomada pela Segunda Câmara da Corte, sob relatoria do ministro Antonio Anastasia. No acórdão, o tribunal afirmou que os representantes não apresentaram “indícios mínimos” das irregularidades alegadas e, na prática, apenas solicitaram que o próprio TCU realizasse auditoria sobre o tema.

Segundo a Corte, deputados federais não têm competência para solicitar diretamente auditorias e inspeções com base no regimento interno do tribunal. Por isso, o TCU decidiu “não conhecer” da representação, sem analisar o mérito das acusações.

“Os representantes não trouxeram indícios mínimos das supostas irregularida-



Representação de Nikolas questionava gastos do Itamaraty

des, em vez disso, solicitaram a realização de auditoria deste Tribunal”, registra a decisão obtida pela coluna.

O acórdão também afirma que “os representantes não são competentes para solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e inspeções”.

O processo foi encerrado e anexado de forma definitiva a outro procedimento já existente sobre o tema. Não houve determinações ou recomendações ao Ministério das Relações Exteriores.

Pedro França/Agência Senado



Ex-ministro Joaquim Barbosa

Presidenciável, Joaquim Barbosa retomará publicações no Twitter

Pré-candidato ao Planalto, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa voltará a falar sobre política em sua conta no Twitter/X nas próximas semanas. A movimentação faz parte da estratégia articulada pelo Democracia Cristã (DC) na comunicação da pré-campanha.

A avaliação é que o ex-ministro pode ocupar um espaço de terceira via e tentar quebrar a polarização entre o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL).

A última postagem no perfil de Barbosa na plataforma foi publicada em 28 de maio e trata de um artigo sobre a língua portuguesa.

CGU aponta risco de sobrepreço de R\$ 4,9 milhões em licitação de hospital federal no RJ

A Controladoria-Geral da União (CGU) apontou risco de sobrepreço de R\$ 4,93 milhões em uma licitação do Hospital Federal de Ipanema (HFI) para aquisição de materiais médico-hospitalares. A auditoria concluiu que o pregão apresentava falhas na pesquisa de preços e risco de contratação antieconômica.

O caso envolve um contrato estimado em R\$ 15,86 milhões para a compra de 17 itens hospitalares. Segundo a CGU, a análise foi motivada por alerta da ferramenta Alice, sistema de inteligência artificial utilizado pelo órgão para detectar indícios de irregularidades em licitações públicas.

Na auditoria, a CGU avaliou três itens que representavam cerca de 34% do valor total da contratação. O relatório afirma que o hospital estimou gasto de R\$ 5,44 milhões nesses produtos, enquanto os valores obtidos pela equipe de auditoria no sistema Compras.gov apontavam custo aproximado de R\$ 517 mil. A diferença levou à identificação do possível sobrepreço milionário.

“A diferença encontrada entre o estimado pela Unidade e os preços praticados pelo mercado expõe o HFI a risco de contratação antieconômica”, registrou a CGU no documento.

A auditoria também apontou fragilidades na metodologia utilizada pelo hospital para a formação dos preços de referência. Segundo o relatório, o HFI descartou todos os preços públicos encontrados no Compras.gov para dois itens analisados e manteve apenas cotações obtidas junto a fornecedores privados, sem justificativa formal no processo administrativo.

A CGU afirmou ainda que não havia “memória de cálculo detalhando os critérios utilizados para exclusão de preços considerados incompatíveis”. O órgão também criticou restrições aplicadas pelo hospital na pesquisa de mercado, como limitação geográfica ao estado do Rio de Janeiro e períodos distintos de consulta para cada item.

Após ser notificado pela CGU, o HFI suspendeu o pregão em setembro de 2024. Em manifestação enviada à auditoria, o hospital alegou que os itens encontrados no Compras.gov não correspondiam exatamente às especificações técnicas exigidas no termo de referência e afirmou que precisou recorrer a fornecedores privados para localizar produtos compatíveis com as exigências da unidade.

“O pregão está suspenso e iremos realizar nova pesquisa de mercado utilizando um critério único. Vale ressaltar que o preço de referência adotado por esta auditoria não corresponde ao insumo a ser adquirido”, alegou o HFI.

A CGU, porém, concluiu que a unidade precisa aprimorar seus procedimentos internos de pesquisa e estimativa de preços para evitar futuras contratações com sobrepreço.